

Paulo Nader

# *Introdução* ao Estudo do Direito

---

**42ª edição**

*Revista e atualizada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright © 2020 by*  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
 Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
 Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
 Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
 faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- 1ª edição – 1980  
 42ª edição – 2020
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 27.11.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

N13i  
 Nader, Paulo

Introdução ao estudo do direito / Paulo Nader. – 42. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-309-8760-2

1. Direito – Estudo e ensino (Superior). 2. Ciências jurídicas. 3. Conceitos. I. Título.  
 19-59211 CDU: 340.11

1169602

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

<b>PRIMEIRA PARTE – O ESTUDO DO DIREITO .....</b>	<b>1</b>
Capítulo 1 – SISTEMA DE IDEIAS GERAIS DO DIREITO .....	1
1. A Necessidade de um Sistema de Ideias Gerais do Direito .....	1
2. A Introdução ao Estudo do Direito.....	2
2.1. Apresentação da Disciplina .....	2
2.2. Objeto da Introdução ao Estudo do Direito.....	3
2.3. A Importância da Introdução .....	4
3. Outros Sistemas de Ideias Gerais do Direito .....	5
3.1. Filosofia do Direito .....	5
3.2. Teoria Geral do Direito .....	5
3.3. Sociologia do Direito .....	5
3.4. Enciclopédia Jurídica .....	6
4. A Introdução ao Estudo do Direito e os Currículos dos Cursos Jurídicos no Brasil.....	7
Capítulo 2 – AS DISCIPLINAS JURÍDICAS .....	9
5. Considerações Prévias .....	9
6. Disciplinas Jurídicas Fundamentais.....	10
6.1. Ciência do Direito.....	10
6.2. Filosofia do Direito .....	11
6.3. Sociologia do Direito .....	11
7. Disciplinas Jurídicas Auxiliares.....	13
7.1. História do Direito.....	13
7.2. Direito Comparado.....	14
<b>SEGUNDA PARTE – A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DO DIREITO .....</b>	<b>17</b>
Capítulo 3 – O DIREITO COMO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SOCIAL.....	17
8. O Fenômeno da Adaptação Humana.....	17
8.1. Aspectos Gerais.....	17
8.2. Adaptação Interna.....	17

8.3. Adaptação Externa .....	18
9. Direito e Adaptação.....	18
9.1. Colocações Prévias.....	18
9.2. O Direito como Processo de Adaptação Social.....	19
9.3. A Adaptação das Ações Humanas ao Direito .....	21
Capítulo 4 – SOCIEDADE E DIREITO.....	23
10. A Sociabilidade Humana.....	23
11. O “Estado de Natureza” .....	24
12. Formas de Interação Social e a Ação do Direito.....	25
12.1. A Interação Social.....	25
12.2. O Solidarismo Social.....	26
12.3. A Ação do Direito .....	27
13. A Mútua Dependência entre o Direito e a Sociedade .....	28
13.1. Fato Social e Direito .....	28
13.2. O Papel do Legislador .....	28
Capítulo 5 – INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL.....	31
14. Considerações Prévias .....	31
15. Normas Éticas e Normas Técnicas.....	32
16. Direito e Religião.....	33
16.1. Aspectos Históricos .....	33
16.2. Convergência e Peculiaridades .....	34
17. Direito e Moral.....	35
17.1. Generalidades .....	35
17.2. A Noção da Moral.....	35
17.3. Setores da Moral.....	36
17.4. O Paralelo entre a Moral e o Direito.....	37
17.4.1. Grécia e Roma .....	37
17.4.2. Critérios de Tomásio, Kant e Fichte .....	38
17.4.3. Modernos critérios de distinção.....	39
17.4.3.1. Distinções de ordem formal .....	40
17.4.3.2. Distinções quanto ao conteúdo.....	41
18. O Direito e as Regras de Trato Social.....	44
18.1. Conceito das Regras de Trato Social .....	44
18.2. Alguns Aspectos Históricos .....	45
18.3. Caracteres das Regras de Trato Social.....	46
18.3.1. Aspecto social .....	46
18.3.2. Exterioridade.....	46
18.3.3. Unilateralidade.....	46
18.3.4. Heteronomia.....	46
18.3.5. Incoercibilidade .....	47
18.3.6. Sanção difusa .....	47
18.3.7. Isonomia por classes e níveis de cultura.....	47

18.4. Natureza das Regras de Trato Social .....	47
18.4.1. Corrente negativista .....	47
18.4.2. Corrente positiva .....	48
18.4.3. Conclusão .....	48
Capítulo 6 – FATORES DO DIREITO .....	51
19. Conceito e Função dos Fatores do Direito .....	51
20. Princípios Metodológicos .....	52
20.1. Interferência das Causas .....	52
20.2. Distinção dos Fatores em Categorias .....	52
20.3. Eficácia Direta e Indireta dos Fatores .....	53
21. Fatores Naturais do Direito .....	53
21.1. Fator Geográfico .....	53
21.1.1. Clima .....	53
21.1.2. Recursos naturais .....	54
21.1.3. O território .....	54
21.2. Fator Demográfico .....	55
21.3. Fatores Antropológicos .....	55
22. Fatores Culturais do Direito .....	55
22.1. Fator Econômico .....	55
22.2. Invenções .....	56
22.3. Moral .....	56
22.4. Religião .....	56
22.5. Ideologia .....	56
22.6. Educação .....	57
23. Forças Atuantes na Legislação .....	57
23.1. Política .....	57
23.2. Opinião Pública .....	57
23.3. Grupos Organizados .....	58
23.4. Medidas de Hostilidade .....	58
24. Direito e Revolução .....	58
<b>TERCEIRA PARTE – A NOÇÃO DO DIREITO .....</b>	<b>61</b>
Capítulo 7 – O DIREITO NO QUADRO DO UNIVERSO .....	61
25. Indagação Fundamental .....	61
26. Algumas Notas do Direito .....	62
27. A Teoria dos Objetos .....	62
27.1. Conceituações Prévias .....	62
27.2. O Quadro das Ontologias .....	63

28. Objetos Naturais.....	63
28.1. Conceito.....	63
28.2. Caracteres.....	64
28.3. Princípio da Causalidade.....	64
28.4. Leis da Natureza.....	64
28.4.1. Universais.....	64
28.4.2. Imutáveis.....	64
28.4.3. Invioláveis.....	65
28.4.4. Isonomia.....	65
28.5. Importância.....	65
29. Objetos Ideais.....	65
30. Os Valores.....	66
30.1. Axiologia.....	66
30.2. Conceito.....	66
30.3. Caracteres.....	67
30.4. Localização.....	67
30.5. Os Valores e a Teoria dos Objetos.....	67
31. Objetos Metafísicos.....	68
32. Objetos Culturais.....	68
32.1. Conceito.....	68
32.2. Cultura Material.....	69
32.3. Cultura Espiritual.....	69
33. O Mundo do Direito.....	70
33.1. Considerações Prévias.....	70
33.2. Direito e Objetos Naturais.....	70
33.3. Direito e Objetos Ideais.....	71
33.4. Direito e Objetos Metafísicos.....	71
33.5. Direito e Cultura.....	71
34. Conclusões.....	71
 Capítulo 8 – DEFINIÇÕES E ACEPÇÕES DA PALAVRA DIREITO.....	 73
35. Considerações Prévias.....	73
36. Definições Nominais.....	74
36.1. Definição Etimológica.....	75
36.2. Definição Semântica.....	75
37. Definições Reais ou Lógicas.....	76
38. Definições Históricas do Direito.....	78
39. Acepções da Palavra Direito.....	79
39.1. Considerações Prévias.....	79
39.2. Ciência do Direito.....	79

39.3. Direito Natural e Direito Positivo.....	79
39.4. Direito Objetivo e Direito Subjetivo .....	80
39.5. O Emprego do Vocábulo no Sentido de Justiça.....	81
40. Conceito de Ordem Jurídica.....	81
Capítulo 9 – NORMA JURÍDICA.....	83
41. Conceito de Norma Jurídica.....	83
42. Instituto Jurídico .....	84
43. Estrutura Lógica da Norma Jurídica .....	84
43.1. Concepção de Kelsen.....	84
43.2. O Juízo Disjuntivo de Carlos Cossio .....	85
43.3. Conclusões.....	85
43.4. Quadro das Estruturas Lógicas .....	86
44. Caracteres.....	86
44.1. Bilateralidade.....	86
44.2. Generalidade.....	87
44.3. Abstratividade.....	87
44.4. Imperatividade.....	87
44.5. A Coercibilidade e a Questão da Essência da Norma Jurídica .....	88
45. Classificação .....	89
45.1. Classificação das Normas Jurídicas quanto ao Sistema a que Pertencem .....	89
45.2. Normas Jurídicas quanto à Fonte.....	89
45.3. Classificação das Normas Jurídicas quanto aos Diversos Âmbitos de Validez. ....	90
45.4. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Hierarquia .....	90
45.5. Normas Jurídicas quanto à Sanção .....	91
45.6. Normas Jurídicas quanto à Qualidade .....	91
45.7. Normas Jurídicas quanto às Relações de Complementação.....	91
45.8. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Vontade das Partes .....	91
45.9. Quanto à Flexibilidade ou Arbítrio do Juiz: Normas Rígidas ou Cerradas e Elásticas ou Abertas.....	91
45.10. Quanto ao Modo da Presença no Ordenamento: Normas Implícitas e Explícitas....	92
45.11. Quanto à Inteligibilidade .....	93
46. Vigência, Efetividade, Eficácia e Legitimidade da Norma Jurídica .....	93
46.1. Vigência.....	94
46.2. Efetividade.....	94
46.3. Eficácia .....	94
46.4. Legitimidade.....	95
Capítulo 10 – A DIVISÃO DO DIREITO POSITIVO.....	97
47. Direito Público e Direito Privado .....	97
47.1. Aspectos Gerais .....	97

47.2. O Problema Relativo à Importância da Distinção .....	98
47.3. A Teoria Monista de Hans Kelsen .....	99
47.4. Teorias Dualistas.....	99
47.4.1. Teorias substancialistas.....	99
47.4.1.1. Teoria dos interesses em jogo.....	99
47.4.1.2. Teoria do fim .....	100
47.4.2. Teorias formalistas.....	100
47.4.2.1. Teoria do titular da ação .....	100
47.4.2.2. Teoria das normas distributivas e adaptativas .....	100
47.4.2.3. Teoria da natureza da relação jurídica.....	101
47.5. Trialismo.....	101
47.6. Conclusões.....	102
48. Direito Geral e Direito Particular.....	102
49. Direito Comum e Direito Especial.....	103
50. Direito Regular e Direito Singular.....	103
51. Privilégio.....	104
Capítulo 11 – JUSTIÇA E EQUIDADE.....	105
52. Conceito de Justiça .....	105
53. O Caráter Absoluto da Justiça.....	106
54. A Importância da Justiça para o Direito.....	107
55. Critérios da Justiça.....	107
55.1. Critérios Formais da Justiça .....	108
55.2. Critérios Materiais da Justiça .....	108
56. A Concepção Aristotélica.....	109
57. Justiça Convencional e Justiça Substancial .....	110
58. Classificação da Justiça.....	111
58.1. Justiça Distributiva .....	111
58.2. Justiça Comutativa.....	111
58.3. Justiça Geral .....	111
58.4. Justiça Social .....	112
59. Justiça e Bem Comum .....	113
60. Equidade .....	114
61. Leis Injustas .....	115
61.1. Conceito.....	115
61.2. Espécies .....	116
61.3. O Problema da Validade das Leis Injustas.....	116
Capítulo 12 – SEGURANÇA JURÍDICA.....	119
62. Conceito de Segurança Jurídica.....	119



63. A Necessidade Humana de Segurança .....	120
64. Princípios Relativos à Organização do Estado .....	122
65. Princípios do Direito Estabelecido.....	122
65.1. A Positividade do Direito.....	123
65.2. Segurança de Orientação .....	124
65.3. Irretroatividade da Lei .....	126
65.4. Estabilidade Relativa do Direito.....	126
66. Princípios do Direito Aplicado.....	127
66.1. Decisão de Casos Pendentes e sua Execução .....	127
66.2. Prévia Calculabilidade da Sentença.....	128
66.3. Respeito à Coisa Julgada .....	128
66.4. Uniformidade e Continuidade Jurisprudencial.....	128
 Capítulo 13 – DIREITO E ESTADO .....	 129
67. Considerações Prévias .....	129
68. Conceito e Elementos do Estado.....	130
68.1. Conceito.....	130
68.2. Elementos do Estado .....	131
68.2.1. População.....	131
68.2.2. Território .....	132
68.2.3. Soberania .....	132
69. Origem do Estado .....	133
69.1. Teoria do Contrato Social .....	133
69.2. Teoria Patriarcal.....	134
69.3. Teoria Matriarcal.....	134
69.4. Teoria Sociológica .....	134
70. Fins do Estado.....	135
70.1. As Três Concepções.....	135
70.2. Concepção Individualista .....	135
70.3. A Concepção Supraindividualista.....	136
70.4. Concepção Transpersonalista .....	137
71. Teorias sobre a Relação entre o Direito e o Estado.....	137
72. Arbitrariedade e Estado de Direito.....	137
72.1. Arbitrariedade .....	137
72.2. Estado de Direito .....	138
 <b>QUARTA PARTE – FONTES DO DIREITO .....</b>	 <b>141</b>
 Capítulo 14 – A LEI .....	 141
73. Fontes do Direito.....	141
73.1. Aspectos Gerais .....	141
73.2. Fontes Históricas .....	141

73.3. Fontes Materiais .....	142
73.4. Fontes Formais .....	142
74. O Direito Romano.....	143
75. Conceito e Formação da Lei .....	146
75.1. Considerações Prévias .....	146
75.2. Etimologia do Vocábulo Lei .....	146
75.3. Lei em Sentido Amplo.....	147
75.4. Lei em Sentido Estrito .....	148
75.5. Lei em Sentido Formal e em Sentido Formal-Material .....	148
75.6. Lei Substantiva e Lei Adjetiva.....	148
75.7. Leis de Ordem Pública .....	149
75.8. Formação da Lei – O Processo Legislativo.....	149
75.8.1. Iniciativa da lei.....	149
75.8.2. Exame pelas comissões técnicas, discussões e aprovação.....	150
75.8.3. Revisão do projeto .....	150
75.8.4. Sanção.....	150
75.8.5. Promulgação .....	150
75.8.6. Publicação.....	151
75.9. Lei Delegada.....	151
75.10. LINDB.....	151
76. Obrigatoriedade da Lei .....	151
77. Aplicação da Lei .....	152
77.1. Diagnose do Fato.....	152
77.2. Diagnose do Direito.....	152
77.3. Crítica Formal.....	152
77.4. Crítica Substancial.....	153
77.5. Interpretação da Lei.....	153
77.6. Aplicação da Lei .....	153
Capítulo 15 – DIREITO COSTUMEIRO.....	155
78. Considerações Preliminares.....	155
79. Conceito de Direito Costumeiro .....	156
80. Elementos dos Costumes .....	158
81. A Posição da Escola Histórica do Direito .....	159
82. Espécies de Costumes.....	160
83. Valor dos Costumes.....	161
84. Prova dos Costumes.....	161
Capítulo 16 – O DESUSO DAS LEIS.....	163
85. Conceito de Desuso das Leis .....	163
86. Causas do Desuso .....	164
86.1. Leis Anacrônicas.....	165
86.2. Leis Artificiais.....	165

86.3. Leis Injustas.....	165
86.4. Leis Defectivas .....	165
87. A Tese da Validade das Leis em Desuso .....	166
88. A Tese da Revogação da Lei pelo Desuso.....	167
89. Conclusões .....	168
<b>Capítulo 17 – JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>171</b>
90. Conceito .....	171
91. Espécies.....	172
92. Paralelo entre Jurisprudência e Costume .....	172
93. O Grau de Liberdade dos Juízes .....	173
93.1. A Livre Estimação .....	173
93.2. Limitação à Subsunção.....	175
93.3. Complementação Coerente e Dependente do Preceito.....	176
93.4. Judicialização e Ativismo Judicial.....	176
94. A Jurisprudência cria o Direito?.....	177
95. A Jurisprudência vincula os Tribunais?.....	178
96. Processos de Unificação da Jurisprudência.....	179
<b>Capítulo 18 – A DOCTRINA JURÍDICA.....</b>	<b>181</b>
97. O Direito Científico e os Juristas .....	181
98. As Três Funções da Doutrina .....	182
98.1. Atividade Criadora.....	182
98.2. Função Prática da Doutrina .....	182
98.3. Atividade Crítica.....	183
99. A Influência da Doutrina no Mundo Jurídico.....	183
100. A Doutrina como Fonte Indireta do Direito .....	184
101. Argumento de Autoridade .....	185
101.1. Conceito e Importância .....	185
101.2. Orientação Prática .....	185
102. O Valor da Doutrina no Passado .....	186
103. A Doutrina no Presente .....	187
<b>Capítulo 19 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: ANALOGIA LEGAL.....</b>	<b>191</b>
104. Lacunas da Lei .....	191
104.1. Noções de Integração e de Lacunas .....	191
104.2. Teorias sobre as Lacunas.....	192
104.2.1. Realismo ingênuo.....	192
104.2.2. Empirismo científico.....	193
104.2.3. Ecletismo.....	193
104.2.4. Pragmatismo.....	193
104.2.5. Apriorismo filosófico.....	194

105. O Postulado da Plenitude da Ordem Jurídica .....	194
106. Noção Geral de Analogia.....	194
106.1. Conceito.....	194
106.2. Fundamento da Analogia.....	195
107. O Procedimento Analógico.....	195
108. Analogia e Interpretação Extensiva .....	197
<b>Capítulo 20 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO .....</b>	<b>199</b>
109. Considerações Prévias .....	199
110. As Duas Funções dos Princípios Gerais de Direito.....	200
111. Conceito dos Princípios Gerais de Direito.....	200
112. Natureza dos Princípios Gerais de Direito.....	201
113. Os Princípios Gerais de Direito e os Brocardos.....	202
114. A Pesquisa dos Princípios Gerais de Direito.....	203
115. Os Princípios e o Direito Comparado .....	204
<b>Capítulo 21 – A CODIFICAÇÃO DO DIREITO .....</b>	<b>207</b>
116. Aspectos Gerais.....	207
117. Conceito de Código.....	208
118. A Incorporação .....	209
119. A Duração dos Códigos.....	209
120. Os Códigos Antigos .....	210
120.1. Considerações Gerais .....	210
120.2. Código de Hamurabi .....	211
120.3. Legislação Mosaica .....	211
120.4. Lei das XII Tábuas .....	212
120.5. Código de Manu .....	212
120.6. Alcorão .....	213
121. A Era da Codificação.....	214
122. Os Primeiros Códigos Modernos.....	214
122.1. O Código Civil da Prússia.....	214
122.2. O Código Napoleão.....	215
122.3. O Código Civil da Áustria.....	216
123. A Polêmica entre Thibaut e Savigny.....	217
124. O Código Civil Brasileiro de 1916 e o de 2002.....	218
125. A Recepção do Direito Estrangeiro.....	219
<b>QUINTA PARTE – TÉCNICA JURÍDICA .....</b>	<b>221</b>
<b>Capítulo 22 – O ELEMENTO TÉCNICO DO DIREITO .....</b>	<b>221</b>
126. O Conceito de Técnica.....	221
127. Conceito e Significado da Técnica Jurídica .....	222

128. Espécies de Técnica Jurídica.....	223
128.1. Técnica de Interpretação.....	223
128.2. Técnica de Aplicação.....	223
129. Conteúdo da Técnica Jurídica.....	224
129.1. Meios Formais.....	225
129.1.1. Linguagem.....	225
129.1.1.1. Vocábulo.....	226
129.1.1.2. Fórmula.....	226
129.1.1.3. Aforismos.....	226
129.1.1.4. Estilo.....	226
129.1.2. Formas.....	227
129.1.3. Sistemas de publicidade.....	227
129.2. Meios Substanciais.....	227
129.2.1. Definição.....	227
129.2.2. Conceito.....	228
129.2.3. Categorias.....	228
129.2.4. Presunções.....	229
129.2.4.1. Presunção simples.....	229
129.2.4.2. Presunção legal.....	229
129.2.5. Ficções.....	230
130. Cibernética e Direito.....	231
130.1. Elaboração das Leis.....	231
130.2. Administração da Justiça.....	232
130.3. Pesquisa Científica.....	233
130.4. Advocacia.....	233
131. O Direito como Técnica e Ciência.....	234
Capítulo 23 – TÉCNICA LEGISLATIVA.....	237
132. Conceito, Objeto e Importância da Técnica Legislativa.....	237
133. Da Apresentação Formal dos Atos Legislativos.....	238
133.1. Conceituação.....	238
133.2. Preâmbulo.....	238
133.2.1. Epígrafe.....	239
133.2.2. Rubrica ou ementa.....	239
133.2.3. Autoria e fundamento legal da autoridade.....	239
133.2.4. Causas justificativas.....	240
133.2.4.1. Considerandos.....	240
133.2.4.2. Exposição de motivos.....	240
133.2.5. Ordem de execução ou mandado de cumprimento.....	241
133.2.6. Valor do preâmbulo.....	241
133.3. Corpo ou Texto.....	241
133.4. Disposições Complementares.....	241

133.4.1. Disposições preliminares .....	241
133.4.2. Disposições gerais e finais .....	242
133.4.3. Disposições transitórias.....	242
133.5. Cláusulas de Vigência e de Revogação .....	242
133.6. Fecho .....	243
133.7. Assinatura .....	243
133.8. Referenda.....	243
134. Da Apresentação Material dos Atos Legislativos .....	243
134.1. Dos Artigos.....	244
134.2. Divisão dos Artigos .....	245
134.2.1. Parágrafo .....	245
134.2.2. Inciso, alínea e item .....	245
134.3. Agrupamentos dos Artigos .....	246
Capítulo 24 – A EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	249
135. Vigência e Revogação da Lei.....	249
136. O Conflito de Leis no Tempo.....	251
137. O Princípio da Irretroatividade .....	251
138. Teorias sobre a Irretroatividade.....	253
138.1. Doutrina Clássica ou dos Direitos Adquiridos .....	253
138.2. Teoria da Situação Jurídica Concreta .....	254
138.3. Teoria dos Fatos Cumpridos.....	254
138.4. Teoria de Paul Roubier .....	254
138.5. A Concepção de Planiol.....	254
138.6. O Princípio <i>Ratione Materiae</i> .....	254
139. A Noção do Conflito de Leis no Espaço .....	255
140. O Estrangeiro perante o Direito Romano.....	256
141. Teoria dos Estatutos .....	257
142. Doutrinas Modernas quanto à Extraterritorialidade.....	258
142.1. Sistema da Comunidade de Direito .....	258
142.2. Sistema da Nacionalidade .....	258
143. O Direito Interespacial e o Sistema Brasileiro.....	258
Capítulo 25 – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO.....	261
144. Conceito e Importância da Hermenêutica Jurídica .....	261
145. Conceito de Interpretação em Geral .....	263
146. A Interpretação do Direito.....	263
146.1. Noção Geral.....	263
146.2. A Interpretação conforme a Constituição .....	265
146.3. A Interpretação da Constituição conforme a Lei.....	265
147. O Princípio <i>In Claris Cessat Interpretatio</i> .....	265

148. A Vontade do Legislador e a <i>Mens Legis</i> .....	267
148.1. O Sentido da Lei.....	267
148.2. A Teoria Subjetiva .....	268
148.3. A Teoria Objetiva.....	268
149. A Interpretação do Direito quanto ao Resultado e Fonte .....	269
149.1. Interpretação Declarativa .....	269
149.2. Interpretação Restritiva .....	270
149.3. Interpretação Extensiva .....	270
150. O Art. 5º da Lei de Introdução às normas do direito Brasileiro .....	271
150.1. A Obrigatoriedade do Art. 5º da LINDB .....	271
150.2. O Significado do Art. 5º da LINDB.....	271
151. A Interpretação dos Negócios Jurídicos .....	272
<b>Capítulo 26 – ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO .....</b>	<b>275</b>
152. Considerações Prévias .....	275
153. Elemento Gramatical .....	275
154. Elemento Lógico.....	276
154.1. Lógica Interna.....	276
154.2. Lógica Externa .....	277
154.3. A Lógica do “Razoável” .....	277
155. Elemento Sistemático.....	278
156. Elemento Histórico .....	279
157. Elemento Teleológico .....	279
<b>Capítulo 27 – MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO .....</b>	<b>281</b>
158. Método Tradicional da Escola da Exegese .....	281
159. Método Histórico-Evolutivo .....	282
160. A Livre Investigação Científica do Direito .....	283
160.1. Aspectos Gerais .....	283
160.2. A Livre Investigação Científica .....	284
161. A Corrente do Direito Livre .....	285
161.1. A Doutrina .....	285
161.2. Principais Adeptos.....	285
161.3. Crítica à Doutrina .....	286
<b>SEXTA PARTE – RELAÇÕES JURÍDICAS .....</b>	<b>287</b>
<b>Capítulo 28 – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA NATURAL E PESSOA JURÍDICA.....</b>	<b>287</b>
162. Personalidade Jurídica .....	287
163. Pessoa Natural.....	289
163.1. Considerações Prévias.....	289

163.2. Início e Fim da Personalidade .....	290
163.3. Capacidade de Fato .....	291
163.4. Registro, Nome e Domicílio Civil.....	292
164. Pessoa Jurídica .....	293
164.1. Conceito.....	293
164.2. Natureza Jurídica das Pessoas Jurídicas.....	294
164.2.1. Teoria da ficção .....	294
164.2.2. Teoria dos direitos sem sujeitos .....	295
164.2.3. Teorias realistas .....	295
164.3. Classificação das Pessoas Jurídicas.....	295
Capítulo 29 – RELAÇÃO JURÍDICA: CONCEITO, FORMAÇÃO, ELEMENTOS .....	297
165. Conceito de Relação Jurídica.....	297
166. Formação da Relação Jurídica .....	298
167. Elementos da Relação Jurídica .....	300
167.1. Sujeitos da Relação Jurídica.....	300
167.2. Vínculo de Atributividade .....	301
167.3. Objeto .....	301
Capítulo 30 – DIREITO SUBJETIVO.....	303
168. Origem do Direito Subjetivo e Aspectos Gerais.....	303
169. Conceito de Direito Subjetivo.....	304
170. Situações Subjetivas.....	306
171. A Natureza do Direito Subjetivo – Teorias Principais .....	307
171.1. Teoria da Vontade .....	307
171.2. Teoria do Interesse.....	307
171.3. Teoria Eclética .....	308
171.4. Teoria de Duguit .....	308
171.5. Teoria de Kelsen .....	308
172. Classificação dos Direitos Subjetivos .....	308
172.1. Direitos Subjetivos Públicos .....	309
172.2. Direitos Subjetivos Privados .....	310
172.2.1. Direitos absolutos e relativos .....	310
172.2.2. Direitos transmissíveis e não transmissíveis.....	310
172.2.3. Direitos principais e acessórios.....	311
172.2.4. Direitos renunciáveis e não renunciáveis.....	311
173. Aquisição, Modificações e Extinção dos Direitos.....	311
173.1. Aquisição .....	311
173.2. Modificações .....	312
173.3. Extinção.....	312
173.3.1. Perecimento do objeto.....	312
173.3.2. Alienação.....	312
173.3.3. Renúncia.....	312



173.3.4. Prescrição.....	312
173.3.5. Decadência .....	313
<b>Capítulo 31 – DEVER JURÍDICO .....</b>	<b>315</b>
174. Considerações Prévias .....	315
175. Aspecto Histórico.....	315
176. Conceito de Dever Jurídico.....	316
177. Espécies de Dever Jurídico .....	318
177.1. Dever Jurídico Contratual e Extracontratual .....	318
177.2. Dever Jurídico Positivo e Negativo.....	319
177.3. Dever Jurídico Permanente e Transitório .....	319
178. Axiomas de Lógica Jurídica.....	319
178.1. Axioma de Inclusão.....	319
178.2. Axioma de Liberdade .....	319
178.3. Axioma de Contradição .....	319
178.4. Axioma de Exclusão do Meio .....	320
178.5. Axioma de Identidade.....	320
179. Dever Jurídico e Efetividade do Direito .....	320
<b>SÉTIMA PARTE – DOS FATOS JURÍDICOS.....</b>	<b>321</b>
<b>Capítulo 32 – FATO JURÍDICO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....</b>	<b>321</b>
180. Considerações Gerais.....	321
181. Suposto Jurídico e Consequência.....	322
181.1. Conceituações.....	322
181.2. Relação entre a Hipótese e a Consequência .....	322
181.3. Suposto Jurídico Simples e Complexo.....	323
182. Conceito de Fato Jurídico .....	323
183. Caracteres e Classificação dos Fatos Jurídicos .....	325
183.1. Caracteres .....	325
183.2. Classificação .....	326
<b>Capítulo 33 – DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....</b>	<b>329</b>
184. Conceitos e Aspectos Doutrinários .....	329
185. A Relação entre os Negócios Jurídicos e o Ordenamento Jurídico.....	330
186. Classificação dos Negócios Jurídicos .....	331
186.1. Negócio Jurídico Unilateral e Bilateral .....	331
186.2. Negócio Jurídico Oneroso e Gratuito.....	331
186.3. Negócio Jurídico <i>Inter Vivos e Mortis Causa</i> .....	332
186.4. Negócio Jurídico Solene ou Formal e Não Solene.....	332
186.5. Negócio Jurídico Típico e Atípico.....	332
186.6. Existência, Validade e Eficácia.....	332

187. Elementos dos Negócios Jurídicos.....	333
187.1. Elementos Essenciais .....	333
187.2. Elementos Acidentais .....	334
187.2.1. Condição.....	334
187.2.2. Termo.....	334
187.2.3. Modo ou encargo .....	334
188. Defeitos dos Negócios Jurídicos.....	335
188.1. Erro ou Ignorância.....	335
188.2. Dolo .....	335
188.3. Coação.....	336
188.4. Estado de Perigo.....	336
188.5. Lesão .....	336
188.6. Fraude contra os Credores.....	337
188.7. Simulação .....	337
Capítulo 34 – ATO ILÍCITO.....	339
189. Conceito e Elementos .....	339
190. Categorias .....	340
191. Classificação do Elemento Culpa.....	341
191.1. Intensidade da Culpa .....	341
191.2. Conteúdo da Culpa .....	341
191.3. Critérios de Avaliação.....	341
191.4. Natureza da Relação.....	342
191.5. Agente.....	342
192. Excludentes do Ilícito .....	342
192.1. Legítima Defesa .....	342
192.2. Exercício Regular de um Direito.....	343
192.3. Estado de Necessidade .....	343
193. Teoria Subjetiva e Teoria Objetiva da Responsabilidade.....	343
193.1. A Responsabilidade no Passado .....	343
193.2. As Teorias da Responsabilidade .....	344
194. Abuso do Direito.....	345
<b>OITAVA PARTE – ENCICLOPÉDIA JURÍDICA.....</b>	<b>347</b>
Capítulo 35 – RAMOS DO DIREITO PÚBLICO.....	347
195. Considerações Prévias .....	347
196. Direito Constitucional.....	348
197. Direito Administrativo .....	349
198. Direito Financeiro.....	350
199. Direito Internacional Público.....	351

200. Direito Internacional Privado.....	353
201. Direito Penal .....	354
202. Direito Processual .....	356
<b>Capítulo 36 – RAMOS DO DIREITO PRIVADO.....</b>	<b>361</b>
203. Direito Civil .....	361
204. Direito Comercial ou Empresarial .....	363
204.1. Noção do Ramo .....	363
204.2. A Palavra “Comércio” .....	364
204.3. A Relação entre o Direito Comercial e o Civil.....	364
204.4. A História do Comércio.....	365
204.5. Evolução Histórica do Direito Comercial .....	365
205. Direito do Trabalho.....	366
205.1. Denominações .....	366
205.2. Classificação .....	367
205.3. Definição .....	367
205.4. Características .....	367
205.5. Fins do Direito do Trabalho.....	368
205.6. A Autonomia do Direito do Trabalho .....	368
205.7. A Evolução do Direito do Trabalho no Século XX .....	368
<b>NONA PARTE – FUNDAMENTOS DO DIREITO .....</b>	<b>371</b>
<b>Capítulo 37 – A IDEIA DO DIREITO NATURAL .....</b>	<b>371</b>
206. A Insuficiência do Direito Positivo .....	371
207. Conceito .....	373
208. Origem e Via Cognoscitiva .....	374
209. Caracteres.....	374
210. A Escola do Direito Natural .....	375
211. Revolucionário ou Conservador?.....	375
212. Crítica.....	376
213. Os Direitos do Homem e o Direito Natural .....	378
214. Concepção Humanista do Direito .....	379
<b>Capítulo 38 – O POSITIVISMO JURÍDICO .....</b>	<b>381</b>
215. O Positivismo Filosófico.....	381
215.1. A Lei dos Três Estados .....	382
215.2. Classificação das Ciências.....	382
216. O Positivismo Jurídico.....	382
217. Crítica.....	383

Capítulo 39 – O NORMATIVISMO JURÍDICO.....	385
218. O Significado da Teoria Pura do Direito.....	385
219. A Teoria Pura do Direito .....	386
220. A Pirâmide Jurídica e a Norma Fundamental .....	386
221. Crítica à Teoria Pura do Direito .....	387
Capítulo 40 – A TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO .....	389
222. A Importância de Reale no Panorama Jurídico Brasileiro .....	389
223. A Teoria Tridimensional do Direito .....	390
BIBLIOGRAFIA.....	393
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	401
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS.....	409